



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
“Superintendência de Compras e Licitações”

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº51/2018
PROCESSO Nº 23205.003409/2018-14

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para o **Destocamento da área de Eucaliptos do campus Laranjeiras do Sul, com remoção e alocação dos resíduos (tocos, raízes e restos vegetais),** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO 01					
Item	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	QTD	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de destoca com remoção e alocação dos resíduos (tocos, raízes e restos vegetais) em distância de até 200 metros.	Hectare (ha)	5,04	11.539,10	58.157,07
2	Serviços de destoca com remoção e alocação dos resíduos (tocos, raízes e restos vegetais) em forma de curva de nível.	Hectare (ha)	13,71	8.135,84	111.542,35
TOTAL ESTIMADO					R\$ 169.699,42

1.2. Especificações do objeto

1.2.1. As descrições constantes no quadro acima foram elaboradas pelo requisitante do objeto e têm intuito apenas de fornecer subsídios básicos claros e coerentes para que Administração consiga realizar uma contratação com padrões de qualidade, de maneira a suprir suas demandas.

1.2.2. A Contratada deve ter a ciência de que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente na prestação dos serviços de manutenção, inclusive os custos com o deslocamento até o local onde serão realizados os serviços.

1.3. Da Pesquisa de Preços e dos Valores

1.3.1. Da Pesquisa de Preços:

1.3.1.1. O valor utilizado como referencial de preço máximo para os itens deste Termo de Referência foi definido pelo requisitante do objeto conforme apresentado nas folhas nº 93 à 102 do presente processo.

1.3.2. O valor total estimado para a aquisição dos itens que compõem este Termo de Referência é de **R\$ 169.699,42 (cento e sessenta e nove mil, seiscentos e noventa e nove reais e quarenta e dois centavos).**

1.4. Da Garantia

1.4.1. Garantia:

1.4.1.1. Quanto aos prazos de garantia, desde que observadas e respeitadas as disposições legais aplicáveis, prevalecem os períodos estabelecidos nas especificações técnicas dos itens deste Termo de Referência, salvo quando for verificado prazo maior na descrição contida na proposta comercial do fornecedor.

1.4.1.2. Para os itens que não apresentam indicação do prazo de garantia na sua descrição, a Contratada deverá observar a garantia mínima estabelecida no Código de Defesa do Consumidor.

1.4.1.3. Durante o período de garantia, quaisquer peças, componentes ou outros materiais ou serviços que apresentarem vício ou defeitos de fabricação ou danos não decorrentes de uso em condições normais, incluso os sofridos durante o transporte até as dependências da Universidade, deverão ser substituídos por originais e novos, sem qualquer ônus adicional à UFFS.

1.4.1.4. As despesas tais como, frete, impostos, tarifas e seguros dos equipamentos e/ou componentes substituídos serão de inteira responsabilidade da Contratada.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

As justificativas e objetivo para a contratação dos itens deste Termo de Referência foram apresentadas pelo requisitante do objeto, conforme segue abaixo:

2.1. Da Justificativa do objeto

2.1.1. O curso de Agronomia do campus Laranjeiras do Sul, implantado em 2010, ainda não possui área experimental de Olericultura, Fruticultura, Avicultura e Ovinocultura. A área destinada para essa finalidade encontra-se até o momento com plantio comercial de Eucaliptos. Com a realização do Leilão 02/2018 tendo por objeto o corte raso e retirada da madeira da espécie *Eucalyptus dunnii*, haverá a necessidade da área ser destocada para a possível implantação das áreas experimentais.

2.1.2 A contratação deste serviço está alinhada com o Projeto Político Pedagógico (PPC) do curso de Agronomia em que consta a implantação destes diversos setores das Áreas

Experimentais a serem localizadas onde deverá ser feita a destoca. O PPC do curso informa que o Setor de olericultura prevê 4,1ha de áreas didática e experimental; no Setor de casas de vegetação e estufa é prevista a instalação de mais uma estufa e duas casas de vegetação; no Setor de fruticultura planeja-se o desenvolvimento de viticultura em 0,5 ha, pomar com maçãs em 1,0 ha e pomar de pessegueiro em 2,0 ha, além de quebra-vento; no Setor de ovinocultura será desenvolvida a criação semi-intensiva de ovinos que contará com diversos piquetes e área com apriscos, centro de manejo, depósito e demais estruturas necessárias; e no Setor de avicultura será construído um barracão de criação de aves com solários anexos.

2.2. Da formação de grupo

2.2.1. A alocação dos resíduos do item 1 será realizado no item 2. Desta forma, para garantir que as etapas ocorrerão de maneira sincronizada, sem que um serviço prejudique a execução do outro, é necessário que os dois serviços sejam executados pela mesma empresa, sendo possível desta maneira a ordem cronológica de execução dos trabalhos.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O objeto deste Termo de Referência, se enquadra como serviço comum, para fins do disposto no artigo 4º do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, cabendo licitação na modalidade Pregão, na sua forma Eletrônica, observado o disposto na Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002; no Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, na Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação de serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. VISTORIA

4.1. A Lei nº 8.666/93 autoriza, em seu art. 30, inc. III, a Administração a solicitar, como requisito de qualificação técnica, a comprovação de que a licitante realizou visita técnica no local onde serão cumpridas as futuras obrigações contratuais, em momento anterior à apresentação de sua proposta.

4.2. Acerca da finalidade da realização de visita técnica o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 4.968/2011 – Segunda Câmara, assim se manifestou:

“A visita de vistoria tem por objetivo dar à Entidade a certeza e a comprovação de que todos os licitantes conhecem integralmente o objeto da licitação e, via de consequência, que suas propostas de preços possam refletir com exatidão a sua plena execução, evitando-se futuras alegações de desconhecimento das características dos bens licitados, resguardando a Entidade de possíveis inexecuções contratuais. Portanto, a finalidade da introdução da fase de vistoria prévia no edital é propiciar ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, para que o mesmo tome conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto”.

4.3. Considerando o exposto nos **itens 4.1 e 4.2**, antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar todos os documentos que compõe o edital, sendo **facultativa** a vistoria do local onde serão realizados os serviços. Porém é recomendado que a licitante realize a vistoria, tendo em vista se apropriar de conhecimento quanto as condições do local onde serão realizados os serviços, quanto as normas e legislações da cidade de **Laranjeiras dos Sul/PR**, podendo assim executar todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, diminuindo a chance de incorrer em omissões, as quais **não** poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

4.4. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções do Edital e seus anexos ora fornecido deverão ser, **antecipadamente**, objeto de impugnação, e não poderão constituir pretexto para o CONTRATADO pretender cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários. O CONTRATADO será considerado como especializado na execução dos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado, no valor total da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos no projeto, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos.

4.5. Qualquer dúvida que venha a ocorrer com relação a este Termo de Referência sua fase de licitação ou durante a execução do serviço, por omissão involuntária do Edital e seus anexos, deverá ser objeto de pedido de esclarecimentos, não sendo admitidas interpretações por conta própria.

4.6. A visita **não será realizada de forma coletiva** e deverá ser **agendada** com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, através dos telefones: **Campus Laranjeiras do Sul/PR (42) 36350081, (42) 36350012, (42) 36358668 ou (42) 36350006**. Será realizada em conjunto com um servidor habilitado pela **CONTRATANTE**, no local da obra, no horário de 09h00min às 11h30min e 14h00min às 17h00min. A vistoria poderá ser realizada até a data e hora da abertura da licitação.

4.7. A vistoria deverá ser realizada por profissional devidamente qualificado que deverá ser formalmente designado pela proponente, mediante documento escrito em papel timbrado da empresa. Documento esse que deverá ser apresentado à **CONTRATANTE** por ocasião da visita.

4.8. Caso a vistoria seja realizada pelo proprietário ou sócio da empresa, deverá apresentar o mesmo documento especificado no item anterior.

4.9. Será permitido o uso de máquina fotográfica durante a vistoria. Solicita-se que o representante da empresa esteja com vestimenta adequada para a vistoria.

4.10. É vedada a realização de visita técnica por um mesmo representante para diferentes LICITANTES.

4.11. Na habilitação o licitante **deverá apresentar** declaração, conforme modelo ofertado no “**Encarte B**” deste Termo de Referência, de que a empresa licitante, por intermédio de representante técnico, vistoriou o local onde serão realizados os serviços, e de que tomou

conhecimento de todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação **ou** que a empresa licitante não vistoriou mas conhece e tem ciência de todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

5. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

5.1. A execução dos serviços será iniciada em até 30 (trinta) dias, contados da confirmação do recebimento da ordem de execução de serviços, e deverá obedecer as etapas do Cronograma apresentado no **Anexo II** do Edital.

5.1.1. O Local de prestação dos serviços será: Campus Laranjeiras do Sul – PR, Rodovia BR 158 – Km 405, Áreas Experimentais, Setor de Oleicultura e Produção Animal.

5.2. Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, consoante critérios e especificações previstas no Caderno de Encargos, ou documento equivalente, para fins de recebimento provisório.

5.2.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

5.3. Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de fiscalização técnica designada, acompanhados dos profissionais encarregados, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

5.3.1. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

5.3.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

5.4. Para fins de recebimento definitivo pelo gestor do contrato, será elaborado relatório circunstanciado pela fiscalização contratual contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários.

5.5. O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado, em até **90 (noventa)** dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa,

indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

5.5.2. O gestor, após emissão de termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, comunicará à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na medição realizada e ratificada.

5.5.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 5.5 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o retardamento não se opere por culpa da Contratada.

5.5.4. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

5.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

6.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

6.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

6.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

6.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

6.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

6.9. Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

6.10. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

6.10.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

6.10.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

6.10.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

6.10.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

6.10.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

6.10.6. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

7.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.3. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

7.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

7.6. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;

7.7. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

7.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

7.9. Seguir as obrigações indicadas nos Estudos Preliminares (Encarte C);

7.10. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

7.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

7.12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

7.13. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

7.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.17. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

7.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

7.19. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

7.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

7.21. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.22. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

7.23. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.24. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

7.25. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

7.26. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

7.27. Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

7.28. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo de Referência e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.29. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da IN SEGES/MP nº 5/2017:

7.29.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

7.29.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

7.30. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

7.31. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.32. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

7.33. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

7.34. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante.

7.35. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

7.36. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

7.36.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

7.36.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;

7.36.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

7.36.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá

apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

7.37. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 12010, nos seguintes termos:

7.37.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

7.37.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

7.37.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

7.37.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

7.37.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

7.37.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

7.37.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

7.37.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

7.38. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

7.38.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

7.38.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

7.38.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

7.39. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

7.40. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

7.41. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

7.42. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela contratada, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

7.42.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Es-

pecificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

7.43. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.44. Serão de exclusiva responsabilidade da contratada eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.

7.45. A participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

7.46. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

8.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

8.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

8.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, infor-

mando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.5. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.6. O fiscal técnico deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.8. A fiscalização técnica da execução dos serviços observará, no que couber, o Anexo VIII-A, IN SEGES/MP nº 05/2017.

8.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. fraudar na execução do contrato;

10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. cometer fraude fiscal;

10.1.6. não manter a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.2.2. multa moratória de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.2.1. em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

10.2.2.2. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.2.3. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.2.5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

10.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

10.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Este Termo de Referência foi elaborado com as informações repassadas pelo requisitante do objeto no através do protocolo da solicitação nº 3293/2018 e demais documentos constantes ao longo do processo.

11.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Encartes:

11.2.1. ENCARTE A – Modelo para apresentação de proposta;

11.2.2. ENCARTE B – Modelo de Atestado de Vistoria;

11.2.3. ENCARTE C – Estudos Preliminares e Gerenciamento de Riscos.

Chapecó/SC, 29 de Janeiro de 2018.

FRANCIELI ANZILIEIRO
Chefe do Departamento de Licitações

Eu, **FERNANDA MARA PERETTI**, Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura/Ordenadora de Despesas em Exercício, conforme disposto no inciso I, § 2º do Art. 7º da Lei 8.666/93, APROVO o presente Termo de Referência, visando o **Destocamento da área de Eucaliptos do campus Laranjeiras do Sul, com remoção e alocação dos resíduos (tocos, raízes e restos vegetais)**, conforme as especificações e dados constantes no Termo de Referência ora aprovado.

Chapecó/SC, 29 de Janeiro de 2018.

FERNANDA MARA PERETTI
Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura
Ordenadora de Despesas em Exercício



ENCARTE A

MODELO DE CARTA PROPOSTA

(timbre da empresa)

CARTA PROPOSTA

À Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

PE Nº 51/2018

OBJETO: Destocamento da área de Eucaliptos do campus Laranjeiras do Sul, com remoção e alocação dos resíduos (tocos, raízes e restos vegetais).

A *(Razão Social da Empresa)* _____, com sede *(Endereço Completo)* , inscrita no CNPJ sob o n.º _____, neste ato representada por *(Representante legal da Empresa)* _____, abaixo assinado, tendo examinado as condições do Edital e dos Anexos que o integram, para a prestação dos serviços, vem por meio desta apresentar a proposta no valor total de R\$ _____ - *(Valor Expresso em Reais)* da referida Licitação.

Outrossim declaramos que:

- a) Temos conhecimento do local onde serão executados os serviços.
 - b) Aceitamos todas as condições impostas pelo Edital e seus Anexos.
 - c) Os serviços serão executados conforme condições e prazos fixados no Edital e seus anexos.
 - d) Esta proposta compreende todos os impostos, taxas e encargos, bem como qualquer outra despesa direta ou indireta incidentes para a perfeita execução de todos os serviços.
 - e) Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 120 (cento e vinte) dias.
 - f) Os equipamentos necessários para a execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação.
- Até que o Contrato seja assinado, esta Proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições do Edital e seus anexos.

_____, de _____, de 2019.

(Nome completo e CPF do Responsável Técnico da Empresa)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
“Superintendência de Compras e Licitações”

ENCARTE B

ATESTADO DE VISTORIA – PE Nº51-2018

Declaramos para efeitos do que consta no “**Item 4**” do Termo de Referência do edital do **PE Nº51-2018**, que o representante da (nominar empresa conforme será apresentado nas propostas), Sr. (nome do representante) portador da cédula de identidade _____, CPF _____, compareceu e efetuou vistoria na área onde será executado os serviços objeto do **Pregão Eletrônico** em epígrafe, tomando plena ciência da dimensão dos serviços e obras a serem efetuados pela licitante.

_____, de de 2019

Assinatura do representante legal
(nome e número da identidade do declarante)
Identificação do Servidor da UFFS

Nome completo: _____

SIAPE: _____

Assinatura – Responsável UFFS
_____, de de 2019

EFETIVO CONHECIMENTO

Declaramos para efeitos do que consta no “**item 4**” do Termo de Referência do edital do **PE Nº51-2018**, que o representante legal da empresa (nominar empresa conforme será apresentado nas propostas), Sr. (nome do representante) portador da cédula de identidade _____, CPF _____, tem plena ciência das dimensões e das dificuldades que se encontram nos locais de execução do serviço objeto do **Pregão Eletrônico** em epígrafe, declara também que o mesmo tem plena ciência da dimensão e da quantidade dos serviços a serem executados.

_____, de de 2019

Assinatura do representante legal
(nome e número da identidade do declarante)



ENCARTE C

Estudos Preliminares (anexo III da IN 05-2017)

1. Necessidade da contratação

O curso de Agronomia do campus Laranjeiras do Sul, implantado em 2010, ainda não possui área experimental de Olericultura, Fruticultura, Avicultura e Ovinocultura. A área destinada para essa finalidade encontra-se até o momento com plantio comercial de Eucaliptos. Com a realização do Leilão 02/2018 tendo por objeto o corte raso e retirada da madeira da espécie *Eucalyptus dunnii*, haverá a necessidade da área ser destocada para a possível implantação das áreas experimentais.

A contratação deste serviço está alinhada com o Projeto Político Pedagógico (PPC) do curso de Agronomia em que consta a implantação destes diversos setores das Áreas Experimentais a serem localizadas onde deverá ser feita a destoca. O PPC do curso informa que o Setor de olericultura prevê 1,8ha de áreas didática e experimental; no Setor de casas de vegetação e estufa é prevista a instalação de mais uma estufa e duas casas de vegetação; no Setor de fruticultura planeja-se o desenvolvimento de viticultura em 0,5 ha, pomar com maçãs em 1,0 ha e pomar de pessegueiro em 2,0 ha, além de quebra-vento; no Setor de ovinocultura será desenvolvida a criação semi-intensiva de ovinos que contará com diversos piquetes e área com apriscos, centro de manejo, depósito e demais estruturas necessárias; e no Setor de avicultura será construído um barracão de criação de aves com solários anexos.

2. Requisitos da contratação

Do objeto

Compreenderá o destocamento da área de eucalipto, com remoção e alocação dos resíduos (tocos, raízes e restos vegetais) licitados nas condições em que se encontrarem após o processo de corte, facultando vistoria do local, não

cabendo a respeito qualquer reclamação posterior quanto às condições de realização do serviço.

A alocação deverá ser em forma de leiras em nível conforme a declividade do terreno. As leiras deverão ser alocadas em espaçamento mínimo de 15 metros entre as curvas, a ser definido conjuntamente com a equipe técnica da CAAEX-LS durante a execução do serviço.

O destocamento deverá ser realizado em parcelas, a saber, em número de 3, na sequência apresentada no mapa descritivo das áreas, condicionado o início de nova parcela a finalização da anterior e vistoria e anuência da equipe técnica da CAAEX-LS quanto a efetivação das exigências contratuais.

Para a parcela denominada de “Área 01” e parte da “Área 02” – 2,71 ha – deverá ocorrer a remoção por completo dos tocos e raízes do local. Havendo a necessidade de carregamento e transporte desse material da área em questão. A quantidade estimada de tocos a serem transportados é de 2.842 unidades. Caberá a empresa responsável pela destoca o carregamento, transporte e descarga do material em área indicada pela CAAEX-LS dentro do *campus* Laranjeiras do Sul não ultrapassando 200 metros do ponto de carregamento.

Após o destocamento deverá ser realizado a adequação do terreno, com correção das valas resultantes do destocamento e nivelamento do solo. Ficando limitado às parcelas especificadas e na sequência estabelecida em edital, entendido que não poderá ser realizado alterações dentro de qualquer área não constante no edital ou área de preservação permanente (APP) do *campus*.

Deve-se observar que o serviço não será de natureza continuada uma vez que, com a destoca e enleiramento, os tocos não brotarão e sofrerão decomposição com o passar do tempo.

Da vistoria

Os interessados em participar do pregão poderão proceder prévia vistoria, para verificar as reais condições do destocamento, assinando Declaração de Conhecimento das Condições de Prestação de Serviço, a ser incluída no edital. A vistoria deverá ser marcada previamente, com acompanhamento de pessoal da Coordenação Adjunta de Áreas Experimentais (CAAEX-LS) designado para este fim.

Todas as condições locais deverão ser adequadamente observadas nessa visita, quando os licitantes deverão conhecer e equacionar, mediante inspeção

preliminar, a coleta de informações de todos os dados de elementos que possam vir a influenciar no desenvolvimento dos serviços, de modo que não serão atendidas solicitações durante os serviços, sob argumento de falta de condições de trabalho ou de dados da especificação.

Das condições e obrigações

Após realizado o certame, o início das atividades deverá ocorrer, após recebimento da ordem de execução de serviços, em período inferior a 30 (trinta) dias. Exceção feita a condições climáticas adversas que impeçam os serviços e com comunicação por escrito de tais fatos.

Todas as operações de destocamento devem evitar a ocorrência de sulcos desnecessários no terreno que favoreçam o processo erosivo. As áreas de destocamento deverão estar sinalizadas com placas direcionadas às outras pessoas que fazem uso da área ou que estejam em trânsito pelo local. Respeitar todas as práticas ambientais preconizadas pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e demais legislações vigentes para a atividade.

Os empregados designados para os serviços deverão estar devidamente uniformizados e munidos de equipamentos de proteção individual (EPI), atendendo à legislação em vigor (NR 31 – Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Aquicultura).

O arrematante, seus prepostos e empregados, enquanto permanecerem na propriedade da União, ficarão sujeitos às suas normas disciplinares, podendo ser exigido o afastamento, pela UFFS – *campus* Laranjeiras do Sul/PR, dos que com sua conduta causarem transtornos no local onde estiverem trabalhando, sem necessidade de justificativas da instituição.

Não será permitida a instalação de acampamento na área. Deverá ser recolhido e destinado corretamente todo o lixo produzido (alumínio, papéis, latas, plásticos e outros) no local.

A arrematante deverá responder civil e criminalmente pelos danos de qualquer natureza causados à UFFS – *campus* Laranjeiras do Sul/PR e/ou a terceiros, em razão de acidentes por ação ou omissão, doloso ou culposos, de empregados e/ou prepostos, ou de quem em seu nome agir na execução das atividades.

Não deverá realizar o destocamento ou outros serviços mecanizados em dias chuvosos, aguardando no mínimo um (1) dia sem chuva para retorno das atividades.

O arrematante deverá manter as vias de acesso em perfeitas condições de tráfego, responsabilizando-se por eventuais danos.

A UFFS procederá à verificação dos serviços executados, observando se houve o completo atendimento dos requisitos deste Edital para emissão do Termo de Recebimento. Em caso de má execução e/ou execução parcial dos serviços, a empresa deverá complementar e/ou refazer o serviço em até 48 (quarenta e oito) horas após notificação formal da irregularidade por parte da unidade solicitante da UFFS, sem ônus para a UFFS.

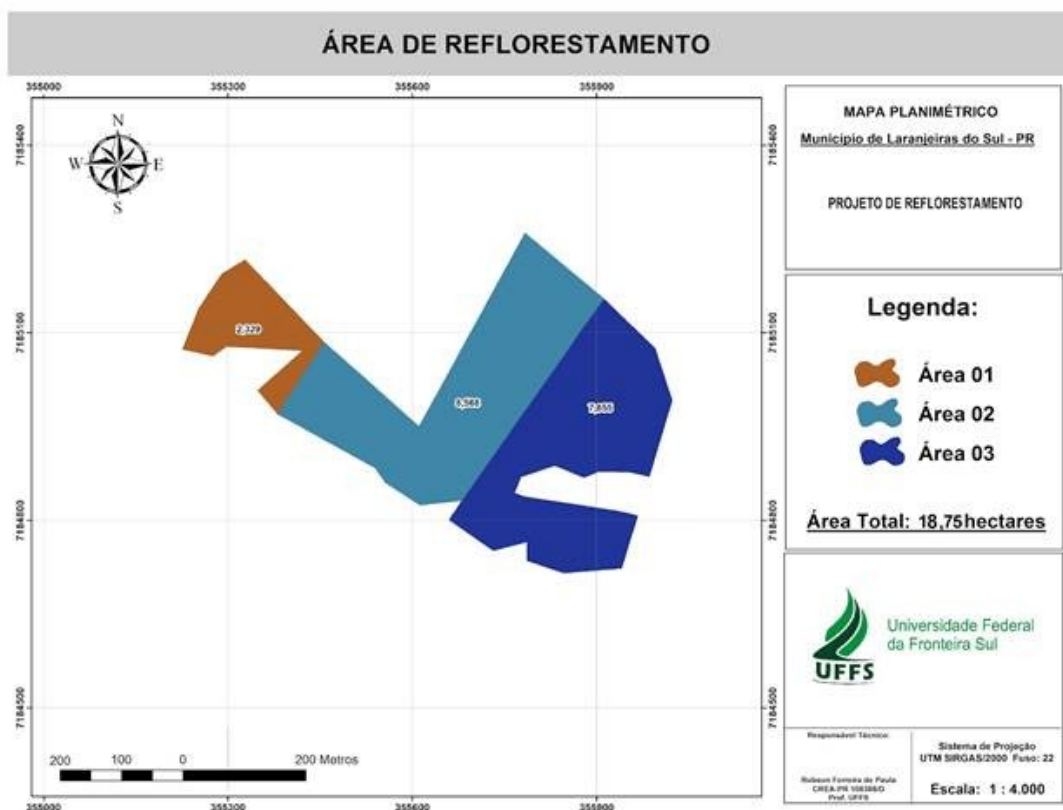
Os serviços serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos deste Edital, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

Comunicar por escrito qualquer anormalidade constatada, com os devidos esclarecimentos, bem como possíveis atrasos decorrentes.

3. Estimativa das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte.

Dados do Inventário Florestal – memória de cálculo – junho de 2017

Anotação de Responsabilidade Técnica: 20174688654 CREA/PR



As parcelas indicadas no mapa correspondem aos lotes de destoca, totalizando uma área de 18,75 ha.

Lote	Área (hectare)	População (árvores/ha)	Nº de árvores
1	2,329	1.220	2.842
2	8,568	1.544	13.229
3	7,855	1.544	12.128
Total	18,752		28.199

O número total de árvores (28199) corresponde ao número estimado de tocos presentes na área após a operação de corte, sendo estes o objetivo do destocamento.

Memorial descritivo

Lote 01

Área: 23.298,04 m² ou 2,3298 ha

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **PP=00**, definido pelas coordenadas **E: 355.225,909 m** e **N: 7.185.073,282 m** com azimute **22° 07' 57,68"** e distância de **70,79 m** até o vértice **P=01**, definido pelas coordenadas **E: 355.252,579**

m e N: 7.185.138,854 m com azimuth $34^{\circ} 00' 33,59''$ e distância de 66,90 m até o vértice P=02, definido pelas coordenadas E: 355.289,998 m e N: 7.185.194,311 m com azimuth $59^{\circ} 11' 47,23''$ e distância de 44,40 m até o vértice P=03, definido pelas coordenadas E: 355.328,136 m e N: 7.185.217,049 m com azimuth $135^{\circ} 38' 18,97''$ e distância de 183,76 m até o vértice P=04, definido pelas coordenadas E: 355.456,618 m e N: 7.185.085,670 m com azimuth $213^{\circ} 22' 44,95''$ e distância de 138,13 m até o vértice P=05, definido pelas coordenadas E: 355.380,624 m e N: 7.184.970,328 m com azimuth $319^{\circ} 10' 57,53''$ e distância de 49,76 m até o vértice P=06, definido pelas coordenadas E: 355.348,097 m e N: 7.185.007,989 m com azimuth $48^{\circ} 59' 42,13''$ e distância de 96,77 m até o vértice P=07, definido pelas coordenadas E: 355.421,124 m e N: 7.185.071,482 m com azimuth $273^{\circ} 15' 22,65''$ e distância de 122,49 m até o vértice P=08, definido pelas coordenadas E: 355.298,835 m e N: 7.185.078,439 m com azimuth $234^{\circ} 46' 06,42''$ e distância de 27,32 m até o vértice P=09, definido pelas coordenadas E: 355.276,519 m e N: 7.185.062,679 m com azimuth $281^{\circ} 49' 59,90''$ e distância de 51,71 m até o vértice PP=00, encerrando este perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, fuso 22S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Lote 02

Área: 85.681,07 m² ou 8,5681 ha

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice PP=00, definido pelas coordenadas E: 355.380,624 m e N: 7.184.970,328 m com azimuth $33^{\circ} 22' 44,95''$ e distância de 138,13 m até o vértice P=01, definido pelas coordenadas E: 355.456,618 m e N: 7.185.085,670 m com azimuth $131^{\circ} 08' 46,46''$ e distância de 205,21 m até o vértice P=02, definido pelas coordenadas E: 355.611,148 m e N: 7.184.950,645 m com azimuth $29^{\circ} 07' 18,97''$ e distância de 353,99 m até o vértice P=03, definido pelas coordenadas E: 355.783,425 m e N: 7.185.259,886 m com azimuth $129^{\circ} 12' 48,68''$ e distância de 166,19 m até o vértice P=04, definido pelas coordenadas E: 355.912,186 m e N: 7.185.154,821 m com azimuth $215^{\circ} 36' 45,10''$ e distância de 397,27 m até o vértice P=05, definido pelas coordenadas E:

355.680,856 m e N: 7.184.831,852 m com azimute **263° 38' 55,77"** e distância de **68,33 m** até o vértice **P=06**, definido pelas coordenadas **E: 355.612,947 m e N: 7.184.824,293 m** com azimute **302° 19' 30,69"** e distância de **67,46 m** até o vértice **P=07**, definido pelas coordenadas **E: 355.555,942 m e N: 7.184.860,365 m** com azimute **324° 50' 40,15"** e distância de **28,31 m** até o vértice **P=08**, definido pelas coordenadas **E: 355.539,642 m e N: 7.184.883,510 m** com azimute **298° 37' 58,74"** e distância de **181,17 m** até o vértice **PP=00**, encerrando este perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, fuso 22S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Lote 03

Área: 78.552,65 m² ou 7,8553 ha

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **PP=00**, definido pelas coordenadas **E: 355.659,746 m e N: 7.184.800,722 m** com azimute **34° 08' 34,22"** e distância de **37,61 m** até o vértice **P=01**, definido pelas coordenadas **E: 355.680,856 m e N: 7.184.831,852 m** com azimute **35° 36' 45,10"** e distância de **397,27 m** até o vértice **P=02**, definido pelas coordenadas **E: 355.912,186 m e N: 7.185.154,821 m** com azimute **133° 40' 33,04"** e distância de **115,63 m** até o vértice **P=03**, definido pelas coordenadas **E: 355.995,818 m e N: 7.185.074,968 m** com azimute **161° 36' 10,66"** e distância de **87,31 m** até o vértice **P=04**, definido pelas coordenadas **E: 356.023,374 m e N: 7.184.992,117 m** com azimute **196° 56' 11,00"** e distância de **127,97 m** até o vértice **P=05**, definido pelas coordenadas **E: 355.986,096 m e N: 7.184.869,700 m** com azimute **282° 46' 51,61"** e distância de **33,49 m** até o vértice **P=06**, definido pelas coordenadas **E: 355.953,438 m e N: 7.184.877,109 m** com azimute **270° 23' 39,23"** e distância de **50,94 m** até o vértice **P=07**, definido pelas coordenadas **E: 355.902,495 m e N: 7.184.877,459 m** com azimute **247° 41' 19,28"** e distância de **24,57 m** até o vértice **P=08**, definido pelas coordenadas **E: 355.879,765 m e N: 7.184.868,132 m** com azimute **291° 48' 02,84"** e distância de **51,60 m** até o vértice **P=09**, definido pelas coordenadas **E: 355.831,852 m e N: 7.184.887,296 m** com azimute **251° 48' 21,69"** e distância de **57,46 m** até o vértice **P=10**, definido pelas coordenadas **E: 355.777,267 m e N: 7.184.869,356 m** com

azimute **202° 28' 24,66"** e distância de **27,19 m** até o vértice **P=11**, definido pelas coordenadas **E: 355.766,873 m** e **N: 7.184.844,231 m** com azimute **111° 28' 45,67"** e distância de **15,96 m** até o vértice **P=12**, definido pelas coordenadas **E: 355.781,723 m** e **N: 7.184.838,388 m** com azimute **98° 34' 58,56"** e distância de **153,12 m** até o vértice **P=13**, definido pelas coordenadas **E: 355.933,131 m** e **N: 7.184.815,536 m** com azimute **103° 07' 52,53"** e distância de **34,97 m** até o vértice **P=14**, definido pelas coordenadas **E: 355.967,182 m** e **N: 7.184.807,592 m** com azimute **196° 56' 11,00"** e distância de **88,41 m** até o vértice **P=15**, definido pelas coordenadas **E: 355.941,429 m** e **N: 7.184.723,019 m** com azimute **265° 24' 30,12"** e distância de **95,36 m** até o vértice **P=16**, definido pelas coordenadas **E: 355.846,375 m** e **N: 7.184.715,385 m** com azimute **288° 15' 46,52"** e distância de **62,89 m** até o vértice **P=17**, definido pelas coordenadas **E: 355.786,656 m** e **N: 7.184.735,092 m** com azimute **359° 57' 58,34"** e distância de **30,29 m** até o vértice **P=18**, definido pelas coordenadas **E: 355.786,639 m** e **N: 7.184.765,385 m** com azimute **255° 48' 39,09"** e distância de **56,39 m** até o vértice **P=19**, definido pelas coordenadas **E: 355.731,969 m** e **N: 7.184.751,563 m** com azimute **304° 14' 31,11"** e distância de **87,37 m** até o vértice **PP=00**, encerrando este perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, fuso 22S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Metodologias para o inventário

Para o levantamento da área foram marcados previamente, em imagem aérea obtida por sensoriamento remoto, pontos de interesse que representam ângulos e variações limítrofes da área. Em campo, com a utilização de GPS Geodésico L1 L2, foi realizada a coleta de dados, para posterior processamento e obtenção de mapa da área.

Para o inventário utilizou-se metodologia desenvolvida pela Embrapa Florestas, através da demarcação em campo de oito (8) parcelas. Cada parcela constituiu-se em uma área de 1.000 m² (20 x 50 m). Nas parcelas foram aferidas o diâmetro à altura do peito (DAP) de todas as árvores com utilização de suta analógica, para estimativa da população de plantas e determinação do índice de

sítio (IS) (estimativa do potencial de expressão máxima das árvores para as condições locais). Após a medição do DAP, foram elencadas as dez (10) plantas com maior diâmetro e medidas suas alturas, com auxílio de hipsômetro. Com base nestes dados foram realizadas as estimativas populacionais através do *software* SisDunnii® desenvolvido pela Embrapa Florestas.

4. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo e solução a contratar

Conforme as referências sobre o assunto no artigo técnico de Celso Foelkel (2014), diversas ações para se minimizar ou tentar resolver o problema dos tocos pode ser realizadas, entre elas podemos citar:

Abate das árvores com altura de tocos a mais baixa possível e plantio da nova floresta nas entrelinhas da floresta anterior (Esta opção não se aplica devido a destinação da área em questão);

Rebaixamento dos tocos, o que significa eliminar o excesso de madeira que está acima do nível do solo;

Destocamento, que significa arrancar a cepa com suas raízes principais (pivotante e secundárias mais grossas) e dar um destino a essa madeira, em geral contaminada com terra, areia e pedras.

Atualmente, o rebaixamento de tocos é a operação mais comum, quando se decide fazer uma ação drástica e mecanizada sobre os tocos. Trata-se de uma operação bastante cara e demorada. Em geral, ela pode custar entre R\$300 a R\$700 por hectare e tomar entre 2 a 4 horas para se rebaixar os tocos de um hectare de floresta de eucalipto. Isso para as condições de florestas clonais de altíssima qualidade e homogeneidade (não sendo o caso da área em questão).

Em situações de florestas de manejo deficiente e repleta de “corcovas de camelo”, tanto o custo como o tempo tomado se elevam na mesma proporção em que pioram as qualidades e as quantidades de tocos a rebaixar. Existem diversos equipamentos que fazem com sucesso esse rebaixamento dos tocos. As velocidades, os custos, os consumos de energia variam entre eles – apesar dos desempenhos diferentes, esses sistemas são utilizados de forma variada entre os plantadores de florestas.

Nos anos recentes, com a crescente valorização da biomassa como fonte de energia renovável, tem aparecido um interesse de diversas empresas em

desenvolver sistemas de extração das cepas e de suas raízes para venda desse material como biocombustível. Evidentemente, há muitos questionamentos sobre a sustentabilidade desse tipo de operação. Até mesmo o resultado econômico é questionável, pelo fato do valor recebido pela biomassa possivelmente não conseguir cobrir as operações de arranque das raízes, limpeza para remoção de terra e pedras, picagem e cavaqueamento do material e transporte e manuseio até a unidade de combustão desse material. Como vantagem oferecida pelos que advogam essa prática está a oportunidade de trocar o rebaixamento de tocos (que é só custo) pela operação de extração e venda da biomassa (que gera alguma receita, além dos custos).

O arranque de tocos e cepas para uso energético é algo que já vem acontecendo há muitos anos na Europa, em países com Inglaterra, Finlândia, Escócia, etc. Nesses países, costuma-se justificar essa prática por diversas razões: colocar mais renda ao agricultor; oferecer uma energia renovável em mercado comprador desse tipo de energia; aumento de área para a agricultura em países onde a terra é cara e escassa, dentre outras. Há situações extremas onde não apenas as raízes são extraídas, mas como até mesmo a serapilheira é “varrida” e enfardada para venda como biocombustível.

Os principais problemas ambientais que a extração das cepas e raízes causa em relação à sustentabilidade florestal são os seguintes: Remoção de carbono orgânico que se incorporaria como húmus ao solo, melhorando a sua qualidade tanto biológica como nutricional do mesmo; Aumento da erosão em função do revolvimento, desagregação e compactação dos solos; Enorme impacto em solos arenosos e em regiões declivosas; Exportação de nutrientes do solo (cálcio, magnésio, potássio, fósforo, nitrogênio, etc.); Alterações na ciclagem de nutrientes; Alterações na qualidade dos recursos hídricos (arraste de partículas aos cursos d'água); Perda de habitat para fungos apodrecedores, líquenes, musgos, insetos, etc.; Perda de proteção de parte da superfície do solo, que será descoberta e sofrerá insolação direta; etc.

Alternativa para as áreas em questão é o controle da rebrota através da dessecação da cepa. Processo realizado através da aplicação de herbicidas registrados para tal finalidade. Contudo, ainda não existe regulamentação para uso de herbicidas nas áreas externas da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Também não foi possível identificar empresas interessadas na aquisição dos tocos e cepas para a destinação energética, tanto quanto, empresas com equipamentos para realizar o rebaixamento dos mesmos.

Desta forma, Objetivando a diminuição dos impactos ambientais, as cepas serão removidas através da destoca, mas, permanecerão na área para que após sua decomposição, a matéria orgânica resultante possa ser incorporada no solo.

5. Estimativas de preços ou preços referenciais

Do valor

De acordo com pesquisa realizada não foi encontrado realização de certame com objeto semelhante pela administração federal. Nos casos em que houve contratação de empresa para realização de destocamento este estava aliado a serviços de paisagismo, desta forma o valor de destocamento é calculado por unidade e em função do tamanho do indivíduo, conforme pode ser verificado nos Pregões PE 35/2018 da UNIFESP; PE 170/2016 da UFPR e PE 144/2014 da UFSM.

Para a situação local idealmente deve-se prever a licitação por área. Conforme contato com a empresa Eletromóveis (Nova Laranjeiras) (42 3637-1196) e seus responsáveis (Milão (Empreiteiro da Eletromóveis) - 42 98814-3076 e Marcelo (Proprietário Eletromóveis) - 42 98419-3104) a previsão de custos com enleiramento dos restos vegetais na área é de R\$ 5.000,00 a 6.200,00/ha (R\$ 12.000,00 a 15.000,00/alqueire), **totalizando R\$ 94.000,00 a 116.500,00**. Caso opte-se pelo transporte dos restos vegetais, o custo do transporte é variável conforme a distância para descarte.

6. Descrição da solução como um todo, justificativa do não parcelamento da solução e demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis

O *campus* necessita que a área esteja sem tocos para poder realizar seu nivelamento e preparo de seu solo para, somente então, introduzir as mudas de pastagens e demais plantas/estruturas referentes a cada setor das Áreas Experimentais. Deste modo, os únicos serviços necessários para a devida limpeza da área são os de destoca e enleiramento/transporte dos tocos.

Estes serviços não devem ser parcelados considerando-se que geralmente as empresas que trabalham com este objeto realizam esses dois serviços, além do serviço de transporte de maquinários para o local demandar recursos financeiros. Caso a área seja parcelada, dificilmente as empresas aceitarão realizar o certame.

Espera-se que a área esteja limpa até o segundo semestre de 2019 com os tocos enleirados em determinada área ou de determinada forma ou, ainda, tenham sido transportados. Com isso, o *campus* poderá proceder ao preparo do terreno e início da implantação dos setores previstos para atenderem às atividades acadêmicas do curso de Agronomia.

7. Providências para adequação do ambiente do órgão

Todo o serviço será realizado onde previamente houve corte raso dos eucaliptos e retirada da madeira não havendo necessidade de nenhuma adequação na área por parte do setor responsável, ou seja, da CAAEX-LS.

8. Contratações correlatas e/ou independentes

Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

9. Declaração da viabilidade ou não da contratação.

A contratação do serviço de destoca e enleiramento/transporte dos tocos é viável uma vez que todas as especificações do objeto se ajustam à solução do problema e à quantidade de recursos disponível para sua execução.

Laranjeiras do Sul, 12 de dezembro de 2018.

Edemar José Baranek, Siape 1768801

Edgar Martins Lirio, Siape 1767071

Edimar Tenutti, Siape 2068876

Eleazer Felipe do Prado, Siape 1142393

Henrique Von Hertwig Bittencourt, Siape: 1616494

José Franscisco Grillo, Siape 1837877

Rubens Fey, Siape 2018593

Wilson Ramos Mayer, Siape 1165921

Gerenciamento de Riscos (anexo IV)

FASE DE ANÁLISE

(x) Planejamento da Contratação e Seleção de Fornecedor

() Gestão do Contrato

Risco 01: **Baixo interesse dos prestadores de serviço em contratar com a UFFS**

RISCO 01		
Probabilidade	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto	() Baixa (x) Média () Alto	
Id	Danos	
1.	Elevar o custo da contratação.	
2.	Contratação de uma empresa sem muita expertise.	
3.	Diminuição de exigências contratuais por parte da UFFS.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Conversa prévia com possíveis prestadores de serviços.	CAAEX – LS, COMP – LS, ASSPLAN - LS
2.	Ampla divulgação da licitação.	CAAEX – LS, COMP – LS, ASSPLAN - LS
3.	Esclarecimento de dúvidas dos licitantes, de maneira a esclarecer os pontos em que hajam dúvidas.	CAAEX – LS, COMP – LS, ASSPLAN - LS
4.	Formação adequada do valor de referência no edital, de maneira a refletir o real valor de mercado dos serviços a serem contratados.	CAAEX – LS
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Reedição da licitação.	SUCL
2.	Negociação de preço do contrato pelo pregoeiro com o licitante interessado em contratar.	SUCL

FASE DE ANÁLISE

() Planejamento da Contratação e Seleção de Fornecedor

(x) Gestão do Contrato

Risco 01: Incapacidade técnica da empresa contratada para executar o serviço

RISCO 01		
Probabilidade	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto	() Baixa () Média (x) Alto	
Id	Danos	
1.	Atraso na prestação serviço	
2.	Rescisão contratual	
3.		
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Incluir no Edital níveis mínimos de serviços, sanções e os requisitos de qualidade que sejam condizentes com a importância dos serviços a serem prestados.	SUCL
2.	Incluir regra no Edital que, em caso de inexecução parcial ou total do contrato, a segunda colocada poderá ser habilitada.	SUCL
3.	Exigir documentação comprobatória que a licitante já prestou serviços semelhante ao do contratado.	SUCL
4.	Exigir garantia contratual dentro do permitido em lei com vistas a assegurar o compromisso da empresa na prestação adequada dos serviços.	SUCL
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Fiscalização do contrato com aplicação de sanções previstas quando ocorrer alguma falha contratual, em último caso, cancelar contrato e	Fiscal de contrato

	adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação.	
--	---	--

Risco 02: Não observância da NR 31 pela empresa executora do serviço

RISCO 02		
Probabilidade	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto	() Baixa (x) Média () Alto	
Id	Danos	
1.	Ambiente prejudicial à saúde dos trabalhadores	
2.	Atraso na execução do serviço	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Conversa prévia com possíveis prestadores de serviços.	CAAEX – LS, COMP – LS, ASSPLAN - LS
2.	Inclusão no edital do processo a observância e cumprimento da NR 31 pela empresa executora	CAAEX – LS, COMP – LS, ASSPLAN - LS
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Notificação da empresa executora	CAAEX - LS

Risco 03: Dano ao patrimônio público causado pela empresa executora do serviço

RISCO 03		
Probabilidade	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto	() Baixa () Média (x) Alto	
Id	Danos	
1.	Danificação de cercas, estradas, redes elétricas e hidráulicas	
2.	Passivo ambiental devido ao derramamento de combustível, óleo lubrificante e outros produtos de origem química	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Conversa prévia com possíveis prestadores de serviços.	CAAEX – LS, COMP – LS, ASSPLAN - LS

2.	Inclusão no edital do processo a responsabilidade da empresa pelos danos causados.	CAAEX – LS, COMP – LS, ASSPLAN - LS
3.	Acompanhamento da execução do serviço	CAAEX – LS
4.		
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Notificação da empresa executora	CAAEX - LS
2.	Reparação dos danos	EMPRESA

RESPONSÁVEIS	
	<hr/> <p>Edemar José Baranek, Siape 1768801</p>
	<hr/> <p>Edgar Martins Lirio, Siape 1767071</p>
	<hr/> <p>Edimar Tenutti, Siape 2068876</p>
	<hr/> <p>Eleazer Felipe do Prado, Siape 1142393</p>
	<hr/> <p>Henrique Von Hertwig Bittencourt, Siape: 1616494</p>
	<hr/> <p>José Franscisco Grillo, Siape 1837877</p>
	<hr/> <p>Rubens Fey, Siape 2018593</p>

Wilson Ramos Mayer, Siape 1165921